

## Índice

Quando o financiamento acompanha o aluno .....	1
A fórmula das contas de poupança educativa .....	3

## Quando o financiamento acompanha o aluno

O cidadão do Estado Providência quer ter garantidos serviços públicos como a saúde ou a educação. Mas também quer escolher o fornecedor, seja público ou privado. Na Suécia, a lei reconhece isso há 25 anos. E embora a Suécia ainda tenha a imagem de modelo social-democrata, na realidade converteu-se em banco de testes do cheque escolar, que financia escolas de diversas orientações.

Os modos de compatibilizar a liberdade de escolher a escola e a equidade dão lugar a diferentes fórmulas consoante os países. Por exemplo, o ensino contratualizado em França e em Espanha, onde parte das escolas privadas são subsidiadas pelo Estado, embora [no caso espanhol](#) menos que nas públicas e somente no ensino obrigatório.

No Reino Unido, já o trabalhista Tony Blair adotou medidas favoráveis à diversidade das escolas. Mais tarde, o governo de coligação de conservadores e liberais estimulou em 2010 a autonomia das escolas dentro da rede pública com a [Lei de Academias](#). Parte das escolas públicas adotaram o modelo de *academy*, que permite uma maior autonomia, enquanto que no setor privado novas *free schools* eram promovidas por grupos de pais, professores, confissões religiosas, organizações não lucrativas, com a mesma autonomia e modo de financiamento público que as academias.

Nos EUA, o desejo de liberdade e autonomia deu lugar nos últimos 25 anos ao desenvolvimento das [charter schools](#), escolas impulsionadas também por professores e pais, que desfrutaram de maior autonomia e de financiamento público.

### O cheque escolar para todos

Na mesma linha de separar o financiamento e a prestação do serviço existem outras duas fórmulas que hoje são motivo de debate político: o sistema de cheque escolar, implantado na Suécia desde 1992, e as [contas de poupança educativa](#) adotadas no Arizona e noutros estados norte-americanos.

Na Suécia, após décadas de governo social-democrata, o omnipresente Estado Providência entrou em crise devido a um aumento galopante da despesa pública e dos impostos. Com a chegada ao poder dos conservadores em 1991, foram impulsionadas reformas importantes para reinventar o Estado Providência. Segundo explica Mauricio Rojas num livro sobre o tema ([Reinventar o Estado Providência](#)), "o eixo fundamental das reformas empreendidas no que respeita aos serviços do bem-estar de responsabilidade pública consistiu na rutura dos monopólios estatais sobre a prestação dos mesmos". Com o financiamento público, o Estado garante que os serviços cheguem a todos; mas a prestação do serviço está aberta à iniciativa privada, e o cidadão pode exercer a sua liberdade de escolha [na educação](#) ou na saúde, pública e privada, com o sistema de *vouchers* ou cheques.

A Suécia converteu-se assim num autêntico banco de testes para o cheque escolar, que rege o ensino pré-escolar, primário e secundário. As famílias podem escolher a escola da sua preferência dentro do setor público ou nas escolas independentes associadas ao sistema. Estas escolas têm por vezes um perfil pedagógico próprio, que dá especial ênfase a alguma matéria (arte, música, idiomas...).

Uma vez que a Agência Nacional para a Educação comprova que a escola independente reúne os requisitos educativos exigidos, passa a receber o financiamento público. O ensino na Suécia é fundamentalmente da responsabilidade dos municípios, que dedicam a este capítulo cerca de metade do seu orçamento.

Em troca do financiamento público, as escolas independentes não podem exigir pagamentos extras aos pais, embora possam receber doações privadas. De qualquer forma, costumam cobrir bem as suas necessidades, porque a diferença entre a quantia do cheque escolar e o que recebem as escolas municipais é de apenas 3 %.

Este sistema de financiamento estimula também as escolas públicas a satisfazer os seus clientes, pois o cheque escolar acompanha o aluno, pelo que perdem dinheiro se este for para outra escola.

### **Escolas independentes: de 1 % a 18 %**

Nos vinte e cinco anos decorridos desde a reforma educativa de 1992, as escolas independentes desenvolveram-se muito. Antes, 99 % dos alunos iam às escolas públicas, enquanto agora há quase 800 escolas privadas onde estudam 18 % dos alunos, percentagem que chega inclusivamente a 26 % no ensino secundário.

A reforma permitiu o aparecimento de escolas com outras alternativas pedagógicas, e também a criação de grupos dedicados à gestão de escolas. Atualmente, segundo [informações](#) do "Le Monde", oito grupos gerem 30 % das escolas privadas, onde se encontram matriculados 40 % dos alunos. Alguns destes grupos são promovidos por empresas de capital de risco, e desde o ano passado dois estão cotados na Bolsa. O grupo mais importante, AcadeMedia, conta com 60 000 alunos repartidos por 400 centros escolares, do pré-escolar ao secundário.

Os sociais-democratas, que regressaram ao poder em 2015, escandalizam-se pelo facto de escolas financiadas com fundos públicos poderem distribuir lucros a repartir pelos seus acionistas. Pelo contrário, estes encaram isso como um investimento com uma rentabilidade clara num setor em expansão. Se ninguém acha estranho que um município contrate uma empresa de construção civil que distribui lucros, por que não poderia fazê-lo no ensino?

### **Ganhos sem perda da qualidade**

A realidade é que o gasto por aluno na escola sueca fica claramente acima da média da OCDE e da UE (entre 12 % e

20 %, consoante os níveis), apesar do que, outros países nórdicos obtêm melhores resultados com uma despesa inferior. Isto indica que existe uma margem significativa para melhorar a eficácia na prestação do serviço, margem que permite às escolas não estatais gerar lucros sem perda da qualidade.

No recente congresso do Partido Social-Democrata foi aprovada a proposta de limitar a 7 % do capital investido os lucros dos fornecedores de serviços financiados com fundos públicos, seja na educação ou na saúde. "O objetivo", explica ao "Le Monde", Ilmar Reepalu, peso pesado do Partido Social-Democrata – é assegurar que o dinheiro do contribuinte financia a atividade à qual foi destinado e que os excedentes são reinvestidos na empresa, para melhorar a qualidade do serviço". Mas outros respondem que se não houver suficientes lucros, tão-pouco se poderá modernizar as instalações e cobrir a formação profissional dos empregados.

Por agora, não é evidente que a proposta venha a ser aprovada pelo Parlamento, onde os conservadores rejeitam uma lei que, na opinião deles, procura eliminar os atores privados.

### **Procuram-se culpados para a deterioração escolar**

Além da polémica sobre os lucros, os adversários do novo sistema atribuem-lhe um abaixamento do nível escolar, manifestado no retrocesso obtido nos exames PISA, realizados aos alunos de 15 anos. Na última edição, de 2015, a Suécia ficou no lugar 28, com uma pontuação igual à média da OCDE em ciências, e algo acima da média em leitura e matemática (comparando, a Espanha, por exemplo, ficou no lugar 30). Mas é significativo que a tendência dos últimos três anos revele um retrocesso em ciências e matemática.

Se o retrocesso comparativo é claro, atribuí-lo somente à liberdade de escolha permitida pela reforma educativa seria simplificador. Deve ter-se em conta que apenas 14 % dos testes do PISA eram de alunos de escolas não estatais.

Outro fator com influência, do qual na Suécia é incómodo falar, é a imigração. Entre 2000 e 2012, a percentagem de alunos provenientes de famílias imigrantes subiu de 11 % para 15 %, e é compreensível que estes alunos encontrem mais dificuldades na escola.

A falta de disciplina na escola pública é outro problema cada vez mais reconhecido, e que afugenta não poucas famílias. Numa [reportagem](#) do "The Guardian" sobre "a crise" do sistema escolar na Suécia, o jornalista visitou uma escola privada e descreveu assim o ambiente: "A escola é arrumada, os alunos são educados – a disciplina é mais estrita do que em muitas escolas públicas – e os seus resultados são bons, superiores aos de escolas municipais vizinhas".

Um aluno que mudou de escola afirma: "Na minha escola anterior havia muita desordem. Não se fazia caso dos professores. Aqui existe mais respeito". Esta indisciplina desencoraja os professores do ensino público, sobre cujo nível docente também têm sido ouvidas críticas.

Por parte do governo social-democrata, a deterioração do nível escolar é considerada como um fracasso político, atribuível à reforma que fragmentou o sistema escolar e que semeia as sementes de uma maior desigualdade. O ministro da Educação, Gustav Fridolin, declarou ao "The Guardian": "O sistema escolar não é um mercado onde cada um tem as mesmas possibilidades e a mesma informação. Acontece que os pais com mais rendimentos e nível educativo, utilizam as suas possibilidades para escolher uma escola".

### Fragmentação ou mercado?

Mas o mesmo poderia dizer-se das escolas públicas, onde existem as boas e as más, e os pais fazem o possível para escolher as melhores. Aquilo que o ministro considera "fragmentação" é visto por outros como uma consequência do "mercado estar a funcionar", nas palavras de Ulla Hamilton, diretora executiva da Associação Sueca de Escolas Independentes. A sua ideia é que as forças da concorrência obrigam a melhorar as escolas que perdem alunos.

Quanto à deterioração do nível escolar da Suécia, Hamilton observa que os resultados tinham começado a baixar mesmo antes da mudança. "As escolas livres não têm a culpa", assegura.

Por vezes, criticam-se estas escolas por poderem ter lucros com o financiamento público, à custa de fazerem economias que afetariam a qualidade de ensino. Mas, embora haja de tudo no setor, a vantagem da possibilidade de escolher é que as boas escolas triunfam. Nestes casos, o problema são as listas de espera. O grupo Engelska Skolan, que gere 30 centros com 21 400 alunos, diz ter uma lista de espera de 120 000 ("Le Monde", 12.4.2017).

Há quem por motivos ideológicos recorde com nostalgia a igualdade de antigamente imposta pelo Estado. Mas outros acusam a escola pública das décadas sociais-democratas de fazer baixar o nível de exigência académica, de doutrinar as crianças e de se intrometer na vida familiar para procurar que ninguém se distinguisse. O debate político continua aberto. Os suecos estão acostumados ou resignados a pagar altos impostos (a pressão fiscal é de 44 % do PIB, contra 34 % por exemplo, em Espanha). Mas a maioria escolheu com gosto a possibilidade de escolher a escola dos seus filhos e o hospital para ser curado, e não é fácil fazer marcha atrás.

I. A.

## A fórmula das contas de poupança educativa

Vários estados norte-americanos oferecem a possibilidade das famílias administrarem o dinheiro público destinado à educação dos seus filhos.

Nos EUA, a fórmula do cheque escolar foi submetida a diversos acontecimentos, ao compasso de decisões judiciais que nalguns estados a permitiram e noutros não. Mas os legisladores tentaram também outros métodos para favorecer a liberdade de escolha de uma escola com financiamento público. Um destes programas são as [Education Savings Accounts](#) (ESA), uma fórmula parecida com a dos cheques, mas na qual o dinheiro avançado pelo Estado pode ser utilizado pelos pais não apenas para a educação dos seus filhos em escolas privadas, como também para outros objetivos educativos.

O Arizona foi o primeiro estado que [utilizou esta fórmula](#) em 2011, depois do Supremo Tribunal do estado ter anulado o cheque escolar. As famílias que renunciam à educação do seu filho na escola pública, recebem do estado uma quantia correspondente a 90 % do custo escolar numa conta que podem utilizar para diversos fins educativos: a matrícula numa escola privada, ensino em casa (*home schooling*), aulas de reforço, material escolar e outros gastos educativos aprovados pelo estado.

O programa tinha sido limitado a uma minoria de alunos (3300), principalmente os que têm necessidades especiais ou vêm de escolas com níveis inferiores aos padrões educativos. Mas agora os legisladores do Arizona alargaram esta possibilidade a todos os alunos. Cada estudante do ensino secundário poderá aderir ao sistema, embora para as novas inscrições venha a existir um limite de 5000 por ano.

Na conta será depositada uma quantia de 5600 dólares, que se calcula seja suficiente para cobrir a matrícula em metade das escolas privadas do Arizona. A lei impõe medidas de controlo, que incluem o aluno ser submetido a testes padronizados e a publicação dos resultados do conjunto.

A fórmula das contas de poupança educativa está a ser aplicada também noutros estados. A Florida, o Mississippi e o Tennessee estabeleceram ESA para estudantes com necessidades especiais. O Nevada aprovou legislação para ampliar a fórmula a todos os alunos, mas o mecanismo de financiamento da lei foi rejeitado pelo Supremo Tribunal do estado, embora reconhecendo a sua constitucionalidade. Mais de 8000 pais inscreveram-se no programa, mas agora é neces-

sário que o governador republicano do estado convença a câmara legislativa que hoje é de maioria democrata.

I. A.